



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

1. Identificação da Reunião

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
18/03/2013, segunda-feira	Início	13:00h	Término 16:50h	Sala de Reuniões da Presidência – TRT/PB	Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

2. Objetivos da Reunião

- Alinhamento do Planejamento Estratégico;
- Revisão do Planejamento Estratégico
- 5ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Março de 2013)

3. Participantes

Nome	Lotação	Cargo
a. Desembargador Carlos Coelho de Miranda Freire	Gpres	Desembargador Presidente
b. Desembargador Ubiratan Moureira Delgado	Gdud	Desembargador Vice-Presidente
c. Juiz Wolney de Macedo Cordeiro	Gdwm	Presidente da Comissão Permanente de Informática
d. Magistrado Lindinaldo Marinho	Codap	Juiz Auxiliar de Apoio às Varas do Trabalho de João Pessoa
e. Desembargador Ubiratan Moureira Delgado	Amatra 13	Representante
f. Magistrado Adriano Mesquita Dantas	Amatra 13	Representante
g. Leonardo Maroja Nóbrega	Gdg	Diretor
h. Maria de Fátima de Moura/ Sílvia de Fátima Fernandes Pires	Astra 13	Representante
i. Ângela Cristina Azevedo Melo	Sindjuf-Pb	Representante
j. Ângelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues	Setic	Diretor
k. Samuel Von Laer Norat	Segepe	Diretor
l. Arthur José Albuquerque Gadelha	SPF	Diretor
m. Marcelo de Castro Reis	SCR	Diretor
n. Max Frederico Feitosa Guedes Pereira	AGE	Assessor
o. José Heriberto de Lacerda Martins	AGE	Chefe da Seção de Planejamento Estratégico
p. Edgard Saeger Neto	AGE	Chefe do Núcleo de Projetos
q. Luiza Lucia de Farias Aires Leal	AGE	Chefe do Núcleo de Processo da Qualidade
r. Vladimir Azevedo	SGP	Secretário Geral da Presidencia

4. Discussão da Pauta

Assunto	Responsável
a Abertura da reunião. O Desembargador Presidente abriu os trabalhos e passou a palavra para o Assessor de Gestão Estratégica Max Frederico Feitosa Guedes Pereira.	Desembargador Presidente Carlos Coelho de Miranda
b Alinhamento do Planejamento Estratégico e Revisão do planejamento Estratégico; Max apresentou e passou para discussão do Comitê os 18 (dezoito) Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) com as propostas de alinhamento/revisão (substituição de indicadores e exclusão/inclusão de projetos novos) enviadas pelos diversos setores do TRT. Após discussão da plenária ficou assim definido:	Max Frederico Feitosa Guedes Pereira Edgard Saeger Neto José Heriberto de Lacerda Martins



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

Objetivo Estratégico 1 - Otimizar os trâmites processuais.

Projeto Celeridade : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projeto novo:

1) PROJETO IMPLANTAÇÃO DO PJ-E (Anexo I): Não aprovada a criação do projeto e sim a Incorporação das ações propostas ao Projeto Celeridade.

Objetivo Estratégico 2 - Garantir a qualidade no atendimento ao público.

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projeto novo:

1) PROJETO PORTAIS DO TRT13 (Anexo II): Não aprovada a criação do projeto e sim a incorporação das ações propostas ao Projeto Comunicar.

Objetivo Estratégico 3 - Facilitar o acesso à Justiça.

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir;

Projeto Celeridade : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projetos novos:

1) PROJETO O NORMAL É SER LEGAL: Aprovada a criação e sua transferência para o Objetivo Estratégico 05 (Anexo III);

2) PROJETO JUSTIÇA COM DATA MARCADA: Não Aprovado.

Objetivo Estratégico 4- Aprimorar o cumprimento das decisões.

Projeto Parcerias Institucionais : Manter, revisar e abrir;

Projeto Celeridade : Manter, revisar e abrir.

Objetivo Estratégico 5 - Intensificar os programas e disseminar a cultura de responsabilidade social e ambiental.

Aprovada a substituição de nomenclatura do indicador “Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais” pela nomenclatura do CSJT: **JT7 – Índice de Responsabilidade Social (IRS).**

Projeto Cidadania e Meio Ambiente: Manter, revisar e abrir;

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projetos novos:

1) PROJETO TRT AMBIENTAL(Anexo IV): Aprovado a criação e inclusão;

2) PROJETO SEMAJUD (Anexo V): Aprovado a criação e inclusão;

3) PROJETO O NORMAL É SER LEGAL (Anexo III): Aprovado a criação e inclusão;

4) PROJETO CANTIGA DE RODAS (Anexo VI) : Aprovado a criação e inclusão;

5) Projeto TJC Trabalho Justiça e Cidadania da Amatra-13: Aprovado a criação e inclusão.

Objetivo Estratégico 6 - Otimizar e padronizar os procedimentos de trabalho.

Projeto Excelência Gerencial : Manter e abrir;

Projeto Celeridade : Manter, revisar e abrir;

Proposta de Projeto novo:

1) PROJETO PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS (Anexo VII): Aprovado a criação e inclusão.

Objetivo Estratégico 7 - Garantir o alinhamento das unidades e da estrutura organizacional à estratégia.

Projeto Excelência Gerencial : Manter e abrir.

Proposta de Projeto novo:

1) PROJETO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (Anexo VIII): Aprovado a criação e inclusão.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

Objetivo Estratégico 8 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Aprovado a substituição do indicador “Índice de execução do orçamento disponibilizado” pela nomenclatura do CSJT: **JT21 – Índice de Execução Orçamentária (IEO)**;

Projeto Garantir Orçamento Estratégico: Manter, revisar e abrir ;

Projeto Infraestrutura : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Incorporação de novas ações:

1) Aprovada a Incorporação das ações abaixo descritas ao “Projeto Garantir Orçamento Estratégico”:

- Otimizar a execução orçamentária do Tribunal – O TRT 13 tem dificuldades em executar anualmente seu orçamento em razão de diversos fatores, como por exemplo: trâmites processuais lentos e excessivamente burocratizados, indefinição de projetos e ações que necessitam de alocação de recursos específicos (ex: elaboração dos projetos de construção da segunda etapa do novo Fórum Trabalhista da Capital);

- Convocar os gestores de contratos para uma reunião com a finalidade de esclarecer quanto às obrigações e responsabilidades, bem como também avaliar a necessidade de continuidade do contrato;

- Elaboração de um Cronograma Anual de Compras, definindo a periodicidade;

- Formar comissão para verificar IN LOCO as necessidades de serviços, material de consumo e equipamentos de todas as unidades que compõem a jurisdição da 13ª Região, para os procedimentos de compras e contratação com determinada antecedência, possibilitando, assim, o cumprimento da Meta 18 do Poder Judiciário;

- Planejar as atividades anuais para encerrar o ano acadêmico até novembro e iniciar os processos com antecedência, possibilitando executar o orçamento até novembro.

Objetivo Estratégico 9 - Alinhar a proposta orçamentária à estratégia.

Projeto Garantir Orçamento Estratégico: Manter, revisar e abrir;

Projeto Infraestrutura : Manter, revisar e abrir.

Objetivo Estratégico 10 - Melhorar a infraestrutura física, tecnológica e a segurança institucional.

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir;

Projeto Infraestrutura : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projeto novo:

1) Projeto Segurança (Anexo IX): Aprovado a criação e inclusão.

Proposta de Incorporação de novas ações:

1) Aprovada a Incorporação das ações abaixo descritas ao “Projeto Infraestrutura”:

- Levantamento Patrimonial – A administração deve proceder o inventário dos próprios, com a catalogação e registro de todo seu mobiliário e equipamentos em utilização.

- Reestruturação da SETIC – Reestruturação setorial da SETIC, bem como do seu processo de desenvolvimento de *software*, tomando como base o modelo usado no CSJT e no CNJ, através da:

- ✓ Criação de um Grupo de Análise, composto por servidores com formação em Direito, para o levantamento dos requisitos sistemas, bem como o mapeamento do fluxo trabalho (*workflow*) dos diversos setores do Tribunal;
- ✓ Terceirização ou realização de convênios para a codificação dos sistemas, via contratação de fábrica de *software*, como já adotado no TRF5, TRT12,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

TRT23 e CSJT, consoante orientação do TCU.

- Reforma dos banheiros do edifício sede com adaptação para PNE;
- Reforma dos elevadores;
- Reforma das cobertas do edifício sede, almoxarifado e SDA;
- Coberta da rampa principal do edifício sede;
- Proteção contra chuvas nas escadas e circulações do edifício sede (jardim central);
- Climatização das áreas de público nas Varas do Interior do Estado;
- Projeto de móveis dos desembargadores e portaria do Fórum de Santa Rita;
- Continuação da reforma do forro e pintura nos setores do edifício, assim como a implantação de um novo sistema de iluminação;
- Propor um espaço físico definitivo, estruturado, dispondo de salas de leitura com cabines individuais para estudo e pesquisa, computadores para realização de consulta e pesquisa pelo usuário no SIABI.

Objetivo Estratégico 11 - Fortalecer a imagem institucional.

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Projetos novos:

- 1) PROJETO GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO (Anexo X): Aprovado a criação e inclusão;
- 2) PROJETO PAUTA TRABALHISTA (Anexo XI): Aprovado a criação e inclusão, porém estudar outro nome para o projeto e encampar o PROJETO DIVULGAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS (Anexo XII);
- 3) PROJETO PROGRAMA DE TV: TRT CIDADÃO (Anexo XIII): aprovado a criação e inclusão;
- 4) PROJETO CANTIGA DE RODAS (Anexo VI): aprovado a criação e inclusão e sua transferência para objetivo 5;
- 5) Projeto Casa da Cidadania: Avaliar a criação para Incluir o Tribunal na participação de mutirões sociais.

Objetivo Estratégico 12 - Aperfeiçoar e ampliar as parcerias com outras instituições.

Aprovada substituição do indicador: “Índice de parcerias estratégicas” pela nomenclatura do CSJT: **JT1 - Índice de Cooperação (ICOOP)**;

Projeto Parcerias Institucionais : Manter, revisar e abrir.

Proposta de Incorporação de novas ações:

- 1) Aprovada a Incorporação das ações abaixo descritas ao “Projeto Parcerias Institucionais”:

- Manter e ampliar parcerias institucionais – a exemplo do que ocorre entre o TRT 13, a Justiça Federal, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, todos do Estado da Paraíba;

- Seleção de Estagiários – Essa ação tem como objetivo principal compartilhar experiências técnicas na área de tecnologia da informação e comunicação e na área de atendimento ao público com estudantes que necessitam da carga horária de estágio para comprovação curricular, além de prover a Central de Atendimento ao Usuário – CAU de mão de obra capacitada de forma auxiliar.

- Rede de Cooperação Tecnológica e Judiciária – Essa ação tem como objetivo principal organizar eventos e estabelecer parcerias entre a 13ª Região e outros órgãos públicos e privados, tais como:

- Realizar parceria com a Justiça Federal na implantação do ponto eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

biométrico e no *backup* da sala cofre;

- Desenvolver soluções nacionais na área administrativos em parceria com CSJT, CJF, TSE e outros Tribunais, a exemplo do Projeto SIGA;
- Contribuir com o CSJT no desenvolvimento de módulos jurídicos, a exemplo do e-Gestão, PJe-Calc, etc., tendo em vista que o art. 46 da Resolução 94/2012 do CSJT veda a criação de novas soluções de informática para o processo judicial, bem como a realização de investimentos nos sistemas eventualmente existentes, tais como o SUAP;
- Levantar sugestões de melhorias e/ou novas funcionalidades ao PJe-JT junto às Varas pilotos dessa Regional, tomando como base a experiência adquirido com o SUAP;
- Convênios com outros órgãos objetivando a realização de licitações conjuntas;
- Formalizar parcerias, quando possível, com a Polícia Federal e Estadual objetivando a troca de informações para aprimorar a segurança dos magistrados, servidores e público em geral;
- Parceria com a UFPB (Universidade Federal da Paraíba) no sentido de se fazer um convênio no tocante a doação da massa documental que será destinada a eliminação, no que foram feito com a UEPB e UFCG, no sentido de resguardar a história da Justiça do Trabalho na Paraíba, com o objetivo de servir como pesquisa acadêmica para a comunidade acadêmica;
- Parceria com a UFPB (Universidade Federal da Paraíba) no sentido de se fazer um convênio no tocante a doação da massa documental que será destinada a eliminação, no que foram feito com a UEPB e UFCG, no sentido de resguardar a história da Justiça do Trabalho na Paraíba, com o objetivo de servir como pesquisa acadêmica para a comunidade acadêmica.

Objetivo Estratégico 13 - Aprimorar a comunicação institucional.

Aprovada substituição do indicador: "Imagem Institucional" pela nomenclatura do CSJT: - **JT3 - Índice de Clima Organizacional (ICO)**;

Projeto Comunicar : Manter, revisar e abrir;

Aprovada a inclusão da Ouvidoria no PROJETO PORTAIS DO TRT13 que foi incluído no escopo do PROJETO COMUNICAR.

Objetivo Estratégico 14 - Propiciar um ambiente de trabalho saudável.

Projeto RH Cuidando de Você: Manter, ampliar as ações e modificar o nome do projeto para "Projeto Qualidade de Vida".

Objetivo Estratégico 15 - Viabilizar a gestão por competências.

Projeto Gestão por Competências: Manter, revisar e abrir.

Objetivo Estratégico 16 - Promover ações para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da Instituição.

Projeto Orgulho de Ser TRT 13: Manter e abrir;

Projeto Excelência Gerencial : Manter e abrir.

Objetivo Estratégico 17 - Garantir a qualidade e integração dos sistemas de TI.

Projeto Disponibilidade e Eficiência de TI: Manter.

Objetivo Estratégico 18 - Garantir a confiabilidade, disponibilidade e integridade das informações.

Aprovada a substituição do indicador "Índice de satisfação dos usuários com as



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

<p>informações disponíveis nos sistemas corporativos” pela nomenclatura do CSJT: JT22 – Índice Satisfação dos Usuários de Serviços de TI (ISUTI). Projeto Disponibilidade e Eficiência de TI: Manter; Projeto Celeridade : Manter, revisar e abrir. <i>Proposta de Projetos novos:</i> 1) PROJETO CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT / RECADASTRAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES (Anexo XIV): Aprovado criação e inclusão; 2) PROJETO PREPARAÇÃO DE BASES CONTRIBUTIVAS DE TODOS OS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT 13ª REGIÃO (Anexo XV): Aprovado criação e inclusão; 3) PROJETO COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS E CARGOS EM COMISSÃO (Anexo XVI):Aprovado criação e inclusão;</p>	
<p>c 1ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE 2013 - RAE 2013 · Explicação e Leitura das Metas e Indicadores; Aprovado a indicação de responsáveis pela inserção dos dados e pelo indicadores ficando a responsabilidade dos objetivos com a AGE; Após nomeação dos gestores: • No objetivo 3 “taxa de congestionamento” : rever indicador e metas; • No objetivo 11 Rever metas do indicador “imagem institucional “ ; • No objetivo 8 Identificar no orçamento o que é estratégico; • No objetivo 2 “índice de satisfação do usuário” considerar o PJE.</p>	Max Frederico Feitosa Guedes Pereira Edgard Saeger Neto José Heriberto de Lacerda Martins
<p>d Encerramento da reunião e registro de pendência</p>	Desembargador Presidente
<u>ANEXOS</u>	
<p>e ANEXO I – Projeto Implantação do Pj-e · – Capacitação e treinamento dos servidores (área judiciária) para o Processo Judicial Eletrônico (PJ-e); – Criação de grupo permanente de análise, treinamento e suporte aos usuários do PJ-e, com servidores, especialmente, da área judiciária e da Tecnologia da Informação; – Disseminar a cultura do PJ-e junto aos advogados, envolvendo, necessariamente, a OAB; – Expansão do PJ-e para as demais varas da 13ª Região. (SETIC)</p>	
<p>f ANEXO II - Projeto Portais do TRT13 · - Implementar um portal para a EJUD (Disponibilização de informações, notícias, produção científica e cursos em EAD - Atualização do Portal RH – melhoria na comunicação com o cliente.</p>	
<p>g ANEXO III - Projeto O Normal é ser Legal · As campanhas mais corriqueiras elaboradas pelas instituições e meios de comunicação insistem em mostrar como e onde situações irregulares podem ser corrigidas. Exemplo: Se o seu direito de consumidor for lesado, procure o Procon”. Neste projeto, a proposta da Assessoria de Comunicação Social é exatamente o contrário: é mostrar que o legal é que deve ser o normal. Ou seja, incutir na mente de todos que o cumprimento da Lei do Trabalho deve ser nada mais do que uma rotina.</p>	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

<p>O projeto foca a importância social do cumprimento da Lei Trabalhista em situações de trabalhadores que têm carteira assinada e direitos respeitados, o que gera estabilidade financeira e emocional, família equilibrada e paz social.</p> <p>A proposta é que sejam produzidos cinco filmes de 30" em animação digital, que é a arte de criar imagens em movimento utilizando computadores. A produção prevê filmes com personagens e cenários em computação gráfica para a redução de custos.</p> <p>O projeto será destinado a toda população do estado e servirá de estímulo para empresários cumprirem os direitos trabalhistas, para os trabalhadores ficarem cada vez mais cientes de seus direitos e para os jovens, que já poderão chegar ao mercado de trabalho conscientes de que a Lei do Trabalho deve ser cumprida.</p> <p>Para veiculação será firmada parceria entre o TRT e as TVs locais, já que os canais são concessões públicas e há espaço para veiculação gratuita de campanhas educativas. A utilização de recursos financeiros será necessária apenas para a produção dos filmes. Lembrando que por decisão do CNJ e CSJT, as Assessorias de Comunicação dos tribunais têm dotação orçamentária para execução de campanhas educativas.</p> <p>Temas inicialmente propostos para os filmes:</p> <ul style="list-style-type: none">- Licenças maternidade e paternidade- Descanso remunerado férias- Jornada de trabalho e hora extra- Trabalhador doméstico- Processo Eletrônico	
<p>h ANEXO IV - PROJETO TRT AMBIENTAL</p> <ul style="list-style-type: none">- Instalação de torneiras com temporizador em todos os WC's do Regional para minimizar o respectivo custo;- Instalação de sensores de presença em corredores e ambientes que, eventualmente, poderão receber tais dispositivos, em todo estado;- Diminuição do uso de máquinas fotocopiadoras;- Implementação da cultura do uso de porta-copos visando a diminuição de copos descartáveis.	
<p>i ANEXO V - PROJETO SEMAJUD</p> <ul style="list-style-type: none">- Reformatação da SEMAJUD, constatou-se um decréscimo anual na procura do público externo e interno para o evento. Participação mais efetiva do público ao qual o evento se destina – impacto direto no Objetivo Estratégico 5 – Aumentar em 50% os participantes externos da Semana do Judiciário e dos Cursos até 2014 - essa meta merece ser revista.	
<p>j ANEXO VI - PROJETO CANTIGAS DE RODA E CIDADANIA</p> <ul style="list-style-type: none">- O projeto tem diversos focos, o principal deles a cidadania e a proposta é que seja implantado em escolas municipais de ensino básico e fundamental. Busca colaborar com a preservação de uma autêntica manifestação popular que embalou os sonhos e a infância de gerações. O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, que tem o Coral 13ª Em Canto, quer plantar a semente da preservação das Cantigas de Roda. As crianças podem até saber, mas praticamente não cantam mais cantigas de roda. Os clips eletrizantes de "cantoras infantis da moda" tornaram as Cantigas de Roda desinteressantes. A tecnologia está vencendo a tradição. Como largar a TV e a Internet para brincar de roda? Ninguém pode questionar, no entanto, a importância da Cantiga de Roda, essa tradição oral que é transmitida de geração a geração. Daí a importância em preservar, em não deixar morrer essa manifestação popular que embalou os sonhos e a infância de todos nós.	
<p>k ANEXO VII - PROJETO PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS</p> <ul style="list-style-type: none">.	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

- Implantação da Gestão de Processos – Sugerida em 2012 pela AGE, por intermédio do Protocolo TRT nº 6.050/2012. Sugestão: Reforçar a estruturar da AGE com uma unidade para implementar a gestão de processos no TRT (mapear, otimizar e gerenciar os fluxos de processos).
- Proceder uma reformulação na tramitação de pagamento de diárias, em virtude da constatação da ocorrência de algumas concessões pagas após o deslocamento, com inobservância, portanto, do procedimento previsto no art. 16 da RA TRT nº 120/98, o qual exige pagamento antecipado.
- **M**apear os processos que são afetos a esta unidade, visto que verifica-se que carece de uma melhor definição em que situações devem ser encaminhados os processos que passarão pelo crivo desta Assessoria. Essa providência certamente contribuirá para que o fluxograma deste Regional se torne mais ágil, permitindo assim, um melhor aproveitamento de tempo, já que esse mapeamento evitará que processos deixem de ser examinados por esta Assessoria e, também, que processos sejam aqui encaminhados desnecessariamente para exame.
- Monitoramento dos protocolos considerados prioritários e definição de permanência dos mesmos nos setores envolvidos;
Integração entre setores de forma a otimizar os procedimentos licitatórios;
- Melhoria do sistema de gerenciamento de protocolos;
- Aprimoramento das rotinas do SUAPE (consulta de protocolos administrativos por requerente), visualização dos processos arquivados e comunicação a unidade interessada;
- Elaboração de um Manual de Procedimentos Administrativos contendo orientações acerca da formalização dos pedidos de materiais, confecção de Termo de Referência e Projetos de base.

Definir e mapear os fluxos de processos que tramitem pela EJUD

ANEXO VIII - PROJETO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- Reunião para apresentar aos novos gestores o Planejamento Estratégico Institucional;
- Revisão no Planejamento Estratégico Institucional, a fim de adequá-lo as diretrizes da gestão do Desembargador Carlos Coelho de Miranda Freire (biênio: 2013/2014);
- Em decorrência da iniciativa anterior, sugere-se fazer a consequente revisão dos Planejamentos Estratégicos das Áreas de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas, respectivamente, aprovados pelas RA's nºs 105/2012 e 117/2010;
- Continuar acompanhando os Mapas de Contribuição das Varas do Trabalho – Todas as 27 (vinte e sete) VT's foram visitadas por equipe da AGE e, de forma participativa, elaboraram seus mapas de contribuição com o Planejamento Estratégico Institucional, onde constam compromissos para com a execução do plano institucional;
- Implementar o Sistema de Gerenciamento da Estratégia – SIGEST, adquirido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT para ser utilizado por todos os TRT's, com o objetivo de auxiliar na execução, controle e monitoramento dos planejamentos estratégicos institucionais e setoriais, tanto pelos Tribunais como também pelo TST e pelo próprio Conselho (Protocolo TRT nº 19.585/2012);
- Atualizar, sempre que necessário, os organogramas do Tribunal (ANEXO III) – A recente atualização, concluída em novembro/2012, foi feita por iniciativa da AGE que, ao identificar que o material em questão se encontrava defasado e desconexo com a realidade da estrutura atual do Tribunal, sugeriu a contratação de auxílio profissional específico para promover, conjuntamente, as devidas atualizações (protocolo TRT nº 27.159/2011);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

<p>- Atualizar a composição do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico Institucional (ATO TRT GP nº 232/2011, alterado pelo ATO TRT GP nº 256/2011) – (ANEXO IV), a fim de rever a necessidade de inclusão de membros envolvidos com a estratégia institucional;</p> <p>- Promover a revisão do Regulamento Geral do Tribunal, a fim de adequá-lo à realidade administrativa e funcional atual da instituição.</p> <p>- Criação de painéis de controle ou indicadores para gestão estratégica do nosso Regional, utilizando-se as 10 licenças da ferramenta Qlick View (já existentes), com divulgação na Internet, computador do Presidente, Vice-Presidente, Diretor Geral, Diretor Administrativo, Secretário Geral da Presidência, SETIC e AGE.</p> <p>- Levar a secretaria de Gestão de Pessoas sugestão de curso voltado a gestão estratégica, para servidores que estejam a frente de chefias nos setores, no sentido de capacitar esses gestores quanto a importância de uma boa gestão estratégica, curso esse já ofertado pela escola judicial aos magistrados no ano de 2012, e ministrado pela Secretaria de gestão estratégica do TRT.</p>	
<p>m ANEXO IX – Projeto Segurança</p> <p>- Levantamento Patrimonial – A administração deve proceder o inventário dos próprios, com a catalogação e registro de todo seu mobiliário e equipamentos em utilização.</p> <p>- Reestruturação da SETIC – Reestruturação setorial da SETIC, bem como do seu processo de desenvolvimento de <i>software</i>, tomando como base o modelo usado no CSJT e no CNJ, através da:</p> <p>Criação de um Grupo de Análise, composto por servidores com formação em Direito, para o levantamento dos requisitos sistemas, bem como o mapeamento do fluxo trabalho (<i>workflow</i>) dos diversos setores do Tribunal;</p> <p>- Terceirização ou realização de convênios para a codificação dos sistemas, via contratação de fábrica de <i>software</i>, como já adotado no TRF5, TRT12, TRT23 e CSJT, consoante orientação do TCU.</p> <p>- Reforma dos banheiros do edifício sede com adaptação para PNE;</p> <p>Reforma dos elevadores;</p> <p>- Reforma das cobertas do edifício sede, almoxarifado e SDA;</p> <p>Coberta da rampa principal do edifício sede;</p> <p>- Proteção contra chuvas nas escadas e circulações do edifício sede (jardim central);</p> <p>- Climatização das áreas de público nas Varas do Interior do Estado;</p> <p>Projeto de móveis dos desembargadores e portaria do Fórum de Santa Rita;</p> <p>- Continuação da reforma do forro e pintura nos setores do edifício, assim como a implantação de um novo sistema de iluminação.</p> <p>- Propor um espaço físico definitivo, estruturado, dispendo de salas de leitura com cabines individuais para estudo e pesquisa, computadores para realização de consulta e pesquisa pelo usuário no SIABI.</p>	
<p>n Anexo X - PROJETO GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO</p> <p>Este projeto tem como objetivo o gerenciamento de como a mídia está acompanhando a gestão e garantir uma estrutura mínima que permita agilidade e preparo da instituição para o gerenciamento de possíveis crises.</p> <p>Com as novas mídias e o fenômeno da convergência entre elas, a velocidade da propagação de uma notícia pode tomar proporções inesperadas e causar grandes prejuízos à imagem de uma instituição. Estar bem preparado para agir em situações de crise é o passo mais sólido e adequado para a defesa da instituição.</p>	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

<p>o ANEXO XI - PROJETO PAUTA TRABALHISTA</p> <p>Não é necessária uma análise mais profunda, basta ler ou assistir a uma reportagem sobre o Poder Judiciário em um meio de comunicação, principalmente local, para comprovar que o jornalista não entende o funcionamento básico da Justiça. Confunde atos simples e muitas vezes não sabe diferenciar sequer acórdão de sentença.</p> <p>A Assessoria de Comunicação Social do TRT já buscou várias alternativas para amenizar essa profunda desinformação, como a realização de cursos e seminários. A principal dificuldade esbarra na agenda corrida de jornalistas e magistrados. Os seminários não seriam produtivos, já que os meios de comunicação poderiam indicar um ou dois profissionais para o evento. Alguns nem isso.</p>	
<p>p ANEXO XII - PROJETO DIVULGAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS</p> <p>Uma das vertentes do “Programa Valorização da Magistratura” desenvolvido pelo CNJ é a divulgação das decisões tomadas pelos juízes brasileiros. O Conselho aponta que a atuação dos juízes é fundamental para a garantia do pleno exercício da cidadania, e a relevância desse papel pode ser verificada no simples fato de que são proferidos cerca de 22 milhões de sentenças por ano, em que pessoas são absolvidas de falsas acusações, criminosos são presos, consumidores são ressarcidos, devedores são condenados, maus políticos são cassados, direitos dos trabalhadores são respeitados, interesses familiares são preservados e vidas são salvas.</p> <p>Porque não divulgar decisões tão importantes para a garantia da cidadania plena? Os tribunais superiores já conseguiram e, em suas páginas na internet, a grande maioria das notícias já saiu do campo administrativo para o jurídico. É fato que a equipe de jornalistas dos tribunais superiores é infinitamente superior aos tribunais sediados nos estados brasileiros. O STF, por exemplo, tem em sua estrutura de comunicação uma equipe de mais de cem jornalistas.</p> <p>A meta proposta por esta Assessoria é que sejam divulgadas pelo menos três notícias relativas a decisões por semana, sejam de 1ª ou 2ª instância. A grande dificuldade da ACS é ter um elo que possa dar suporte para a concretização desse projeto, um servidor que possa separar as decisões mais interessantes e que oriente na redação das reportagens, de maneira que não sejam cometidos erros jurídicos absurdos.</p>	
<p>q ANEXO XIII - PROJETO PROGRAMA DE TV: TRT CIDADÃO</p> <p>A Assessoria de Comunicação Social vem se estruturando para oferecer reportagens, vídeos e documentários como forma de fortalecimento da instituição. Está em curso processo para a compra de equipamentos fundamentais para a realização deste trabalho com mais eficiência e qualidade.</p> <p>Hoje o Tribunal do Trabalho mantém um quadro informativo com as principais notícias em vídeo sobre eventos e decisões da Justiça Trabalhista. Esses boletins, em média com seis minutos, são veiculados semanalmente nas TVs Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de João Pessoa de forma gratuita. Além disso, o Regional possui um canal no You Tube, onde foi criada a TV TRT, desde em março de 2010. Já são cerca de 100 vídeos postados, entre reportagens, documentários e campanhas institucionais, e já conta com mais de 21 mil exibições.</p> <p>A ACS também mantém estreito relacionamento com a TV Justiça e muitas reportagens já foram veiculadas com destaque em rede nacional.</p>	
<p>r ANEXO XIV - Projeto Consolidação dos dados cadastrais e financeiros de</p>	



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

13ª REGIÃO

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Ata de Reunião do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico ALINHAMENTO/REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL e RAE nº 005 (março de 2013)

magistrados e servidores do TRT / Recadastramento de Magistrados e Servidores	
Assegurar acesso às informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores deste Tribunal, desde 1985 até os dias atuais, em ambiente seguro e de forma que possam ser acessíveis integral e irrestritamente quando a Administração necessitar.	
s ANEXO XV - Projeto Preparação de bases contributivas de todos os magistrados e servidores do TRT 13ª Região	
Viabilizar a disponibilização dos dados relativos às bases contributivas previdenciárias de todos os magistrados e servidores que tenham tido vínculo remuneratório contributivo com o TRT 13	
t ANEXO XVI - Projeto Preparação de bases contributivas de todos os magistrados e servidores do TRT 13ª Região	
Viabilizar a disponibilização dos dados relativos às bases contributivas previdenciárias de todos os magistrados e servidores que tenham tido vínculo remuneratório contributivo com o TRT 13	

5. Pendência identificada

Decisão	Responsável pela ação	Data limite
a.		

6. Fechamento da Ata

Data da ata	Assinaturas do relator e do Coordenador da Reunião
João Pessoa, 18 de março de 2013.	Luiza Lúcia de Farias Aires Leal <i>Relator, Chefe do Núcleo de Processo da Qualidade</i> Assessoria de Gestão Estratégica Max Frederico Feitosa Guedes Pereira <i>Assessor de Gestão Estratégica</i>